

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Há vários meses que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista acompanha e por diversas vezes tem questionado na Assembleia da República o Governo português sobre a grave e preocupante situação que se alastra no Norte de Moçambique, concretamente na Província de Cabo Delgado, onde desde 2017 se regista uma intensificação da insurgência de grupos armados organizados com possíveis ligações a organizações terroristas regionais e transnacionais.

Segundo diversos analistas e especialistas em matéria de relações internacionais e de segurança e defesa, o que por volta de 2017 começou por ser um movimento de pequenos grupos de jovens locais com inclinações extremistas transforma-se, de dia para dia, numa ameaça terrorista que poderá deixar de ser apenas local ou regional e passar a ser internacional, com o surgimento do autodenominado Estado Islâmico da Província da África Central (o chamado *Daesh EIPAC*).

É considerável o risco de organizações terroristas internacionais aproveitarem-se da situação que se vive no Norte de Moçambique, tanto pela proximidade territorial em que a província de Cabo Delgado se encontra de áreas de atuação e influência de organizações terroristas como o al-Shabab, como, por parte da maioria islâmica da população da faixa de Cabo Delgado poder permeável a processos de radicalização por via da propaganda; e também por outras ordens de fatores.

Com efeito, o mediatismo crescente com foco no agravamento da situação no Norte de Moçambique motivou a organização terrorista «Estado Islâmico» a tomar posição, aproveitando-se da situação para se retratar como “organização mãe” de vários grupos insurgentes espalhados pelo mundo, inclusive os insurgentes que atuam no Norte de Moçambique. Os elementos de propaganda publicados em 2019 pela organização terrorista «Estado Islâmico», onde se revelam imagens dos por eles designados “Soldados do Califado em Moçambique” a prestarem obediência a Abu Bakr al-Baghdadi, ex-líder da organização, sugerem precisamente esse objetivo.

Acresce a isto o aumento dos ataques armados e com elevado grau de violência, tendo como alvos, militares e elementos das forças de segurança, infraestruturas públicas e estratégicas, assim como a aterrorização da população civil. Pelas notícias que nos chegam de Moçambique,

temos assistido a uma crescente sofisticação das técnicas de dissimulação dos atacantes e à expansão do raio de ação da insurgência, aliada à utilização de armamento e equipamento mais sofisticado e a um *modus operandi* que junta técnicas de guerrilha a uma orientação política focada na destruição e expulsão das instituições que representam a soberania do Estado moçambicano e sua substituição por um sistema político alternativo assente na *sharia*. Estes grupos armados organizados têm reivindicado ataques cada vez mais coordenados em aglomerados urbanos importantes no Norte de Moçambique. Este é um fenómeno que preocupa todos os países amigos e aliados do Estado moçambicano e que poderá criar uma grande instabilidade regional, merecendo por isso a maior atenção. Para os cidadãos portugueses, essa atenção e preocupação é reforçada pelos laços culturais, linguísticos e fraternos que unem o povo português ao povo moçambicano, e porque se tratam de conflitos e ataques no território soberano de Moçambique - país irmão e membro de pleno direito da CPLP.

Não obstante o grande e assinalável esforço do Governo moçambicano para controlar a situação, presume-se que a violência armada no Norte de Moçambique possa provocar danos irreparáveis junto das populações, vitimando milhares de pessoas e afetando dezenas de milhares de cidadãos que residem naquele território e são obrigados a procurar refúgio em outras zonas mais seguras.

De acordo com as notícias mais recentes, o Governo de Moçambique pediu inclusive auxílio à União Europeia para lidar com a insurgência terrorista-jihadista na região, nomeadamente por via do apoio logístico e do treino de forças de defesa e segurança.

Na carta dirigida ao Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, o Governo de Moçambique considera importante o apoio na área de treino especializado para combate ao terrorismo e insurgência, através de apoios multiformes, no domínio da formação logística para as forças de combate ao terrorismo, equipamentos de assistência médica em zonas de combate e capacitação técnica de pessoal.

É clara e inequívoca a soberania e independência do Estado de Moçambique. Mas é também claro que Portugal sempre se empenhou na luta contra o terrorismo internacional e regional junto dos Estados amigos e aliados, e como acontece atualmente em outras regiões do globo, através da formação e treino de forças e serviços de segurança, por exemplo no Iraque e no Afeganistão, ao serviço da NATO. Mas não só nestas dimensões se combate o terrorismo e o reforço da nossa cooperação com Moçambique poderá ser uma mais valia para a luta contra as ações terroristas em solo moçambicano.

Assim, e ao abrigo da alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa, e nos termos e para os efeitos do Artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista abaixo assinados, solicitam os seguintes esclarecimentos:

1. Como avalia o Governo português a situação que se vive na Província de Cabo Delgado, em Moçambique?
2. Como tem o Governo português acompanhado a evolução da situação no Norte de Moçambique e acompanhado a situação de cidadãos portugueses e empresas portuguesas que desenvolvem atividade na região?
3. Havendo vontade manifesta e um pedido expresso do Estado moçambicano, qual a capacidade ou disponibilidade do Governo português em aumentar a Cooperação no Domínio da Defesa com Moçambique nos domínios detalhados pelo Governo moçambicano em carta enviada ao Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança? E que áreas da Cooperação no Domínio da Defesa com Moçambique atualmente em curso podem ser reforçadas no imediato?
4. Como tem o Governo português avaliado e articulado com a União Europeia e com o Estado moçambicano o crescimento da insurgência jihadista no Norte de Moçambique?

Palácio de São Bento, 9 de outubro de 2020

Deputado(a)s

LARA MARTINHO(PS)

DIOGO LEÃO(PS)

MANUEL DOS SANTOS AFONSO(PS)

EDITE ESTRELA(PS)

JORGE GOMES(PS)

PEDRO DO CARMO(PS)